



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário "Papa João Paulo II"

Comissão de Saúde, Educação, Desporto e Lazer, Assistência Social, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, Defesa do Consumidor e Abastecimento

Projeto de Lei nº 119/2025

Proponente: Wanderson Borghardt Bueno – Prefeito Municipal

Relator: Lucas Casagrande

Projeto de Lei Ordinária nº 119/2025, que "dispõe sobre a reestruturação e gestão do plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério público do município de Viana, Estado do Espírito Santo.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 119/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reestruturação e gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público do Município de Viana, revogando as Leis Municipais nºs 2.957/2018, 2.975/2018, 3.177/2021, 3.233/2022 e 3.248/2022.

O projeto visa à adequação da legislação municipal às diretrizes da Emenda Constitucional nº 108/2020 e da Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamentou o novo Fundeb, além de assegurar o cumprimento das políticas de valorização do magistério, previstas no art. 206, V, da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e na Lei Federal nº 14.817/2024.

Conforme a mensagem do projeto, o impacto financeiro estimado é de R\$ 1.730.088,33 em 2025 (15/10 a 31/12), R\$ 15.561.264,96 em 2026 e R\$ 16.120.437,96 em 2027, valores considerados compatíveis com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, por meio do Parecer Jurídico, manifestou-se pela constitucionalidade formal e material da proposição, bem como pela regular técnica legislativa, desde que observadas as recomendações consignadas ao longo de seu corpo.

Eis o relatório.





2. VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Saúde, Educação, Desporto e Lazer, Assistência Social, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, Defesa do Consumidor e Abastecimento, opinar sobre as proposições com pertinência temática, previstas no art. 65, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Viana.

No exame do PLO nº 119, de 2025, não obstante a necessidade de alterações pontuais em seu texto para adequação a melhor técnica legislativa, constatamos tratar-se de proposição que não possui vício de legalidade e/ou inconstitucionalidade, pelas razões a seguir expostas:

(I) Da constitucionalidade formal

A análise da constitucionalidade formal de um projeto de lei exige a verificação de sua conformidade com os critérios objetivos de validade estabelecidos na Constituição da República, especialmente quanto à competência legislativa, à iniciativa do processo legislativo e à observância do devido processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município.

No caso vertente, o projeto de lei é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme art. 31, parágrafo único, I, da Lei Orgânica do Município, por tratar de organização administrativa, cargos, funções e remuneração de servidores públicos municipais.

Também se insere na competência legislativa do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual (CF, art. 30, I e II).

Constatou-se o atendimento à solicitação da Procuradoria, a qual o Poder Executivo encaminhou, em complemento, o demonstrativo de impacto financeiro-orçamentário, acompanhado da declaração do ordenador de despesa dos gestores responsáveis, em conformidade com os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que serão juntados como anexo.

Dessa forma, verifica-se que a iniciativa, a competência e o procedimento legislativo foram respeitados, o que garante a constitucionalidade formal da proposta.

(II) Da constitucionalidade material





A constitucionalidade material refere-se ao exame do conteúdo da norma, ou seja, à verificação de sua compatibilidade com os princípios, direitos e valores consagrados na Constituição Federal.

O Projeto de Lei nº 119/2025 institui um sistema de progressões funcionais para os profissionais do magistério, com base em titulação e merecimento, atendendo ao princípio constitucional de valorização da educação (CF, art. 206, V) e ao art. 67 da LDB.

Entretanto, o art. 22 do projeto apresenta restrições desproporcionais à progressão horizontal, ao determinar que ela “não será concedida” a docentes com afastamentos médicos superiores a 60 dias ou que exerçam outras atividades por mais de dois anos no triênio-base.

Embora haja exceções (licença-maternidade, doenças graves e acidentes de trabalho), a norma é mais severa que as aplicadas a outras carreiras municipais, como as dos Planos do Quadro Geral (Lei nº 3.372/2024) e da Guarda Municipal (Lei nº 3.373/2024), que apenas suspendem a contagem do interstício sem extinguir o direito.

A diferença entre as expressões “não será concedida” e “será suspensa” tem efeito material relevante: a primeira implica perda do direito, transformando o afastamento médico – um direito social à saúde – em sanção funcional, violando os princípios da isonomia, razoabilidade e impessoalidade (CF, art. 37, caput). Por isso, recomenda-se adequar o art. 22, substituindo “não será concedida” por “terá a contagem do interstício suspensa”, assegurando a preservação das pontuações e do direito à progressão, tratamento isonômico entre as carreiras, e a coerência legislativa dentro do sistema municipal.

O projeto define a jornada regular do magistério em 25 horas semanais, permitindo ampliação para até 40 ou 44 horas, desde que haja pagamento proporcional e a adesão seja voluntária. Essa prática é considerada constitucional, conforme decisão do STF (Tema 514), desde que respeite o princípio da irredutibilidade salarial. A ampliação temporária da carga horária, com remuneração adequada, é legítima para fins administrativos e pedagógicos. No entanto, essa remuneração deve manter caráter transitório, garantindo a coerência do regime e a sustentabilidade. O texto também reafirma a obrigatoriedade de destinar 1/3 da jornada para atividades extraclasse, conforme a Lei nº 11.738/2008 e decisão do STF na ADI 4167/DF.

Além disso, o projeto trata do enquadramento funcional e remuneratório dos servidores do magistério, estabelecendo a migração automática para o novo regime de subsídio a partir de 1º de outubro de 2025. O servidor poderá optar por permanecer no regime atual, desde que manifeste essa escolha formalmente em até 30 dias; caso contrário, será considerado aderente ao novo modelo. Essa medida é considerada válida juridicamente e está em conformidade com a jurisprudência do STF (Tema 24), desde que seja garantida a irredutibilidade nominal dos vencimentos.





Portanto, reputa-se o projeto materialmente constitucional, desde que sejam integralmente observadas as recomendações constantes no parecer da Procuradoria desta Casa de Leis, externas a sanar os vícios materiais apontados.

(III) Dos aspectos financeiros

O impacto financeiro apresentado demonstra compatibilidade com as metas fiscais estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme comprovam os anexos encaminhados pelo Executivo.

Os valores indicados respeitam os limites legais de despesa com pessoal, previstos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não havendo indício de desequilíbrio fiscal.

Recomenda-se, conforme ressalvado pela Procuradoria, que se colha manifestação técnica contábil ou financeira complementar durante a tramitação, de modo a subsidiar integralmente a análise de viabilidade fiscal e orçamentária da medida.

(IV) Dos aspectos políticos e sociais

A proposição representa avanço político e social relevante ao elevar o padrão remuneratório dos docentes municipais acima do piso nacional. Para 2025, o Ministério da Educação fixou o piso salarial nacional do magistério em R\$ 4.867,77 para jornada de 40 horas semanais; a proposta municipal de R\$ 3.200,00 para 25 horas semanais é superior ao piso proporcional, reafirmando o compromisso do Município com a valorização do magistério.

A iniciativa objetiva o princípio da valorização do magistério e a obrigação estatal de manutenção e desenvolvimento do ensino, pilares do sistema educacional e essenciais à efetividade do direito à educação.

Sob uma política ótica, a medida evidencia o compromisso do Município com uma política educacional estável e democrática, alinhada ao desenho constitucional de financiamento da educação básica, que prioriza os pagamentos dos profissionais da educação e assegura mecanismos federativos de cooperação e assistência para cumprimento do piso.

No plano social, a valorização remuneratória favorece a atração e a fixação de profissionais construídos, reduz a rotatividade e tende a refletir-se na melhoria de indicadores educacionais e na ampliação do atendimento à população.

Em síntese, é uma medida justa e alinhada à Constituição, que busca valorizar os profissionais do magistério e fortalecer o direito à educação no município.





3. RECOMENDAÇÕES

A Procuradoria da Câmara Municipal, ao analisar o Projeto de Lei em comento, opinou pela aprovação, porém com quatro recomendações na redação final, objetivando sanar vícios e ajustes pontuais com aprimoramento da técnica legislativa.

(Recomendação 01)

Emenda modificativa

Dê-se a seguinte redação ao inciso VI do caput e ao inciso II do §2º do Art. 22 do Projeto de Lei 119/2025.

Art.22.....
.....
.

VI – tiver mais de 60 (sessenta) dias de licença médica, consecutivos ou alternados, no triênio-base relativo à progressão horizontal, hipótese em que o cômputo do interstício ficará suspenso pelo período excedente, retomando-se a contagem após o retorno ao exercício, sem perda do direito à progressão. (NR)

§ 2º

II – licenças médicas inferiores ou iguais a 60 (sessenta) dias no triênio-base, que não acarretarão suspensão ou prejuízo na contagem do interstício. (NR)

(Recomendação 02)

A remuneração decorrente da ampliação de jornada deve observar, de fato, a transitoriedade, a fim de preservar a coerência do regime remuneratório e a sustentabilidade. Conforme exposto no tópico 3.3.2 no corpo do parecer da Procuradoria.

(Recomendação 03)

Emenda modificativa

Dê-se a seguinte redação aos arts. 32 e 42 do Projeto de Lei 119/2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário “Papa João Paulo II”

Comissão de Saúde, Educação, Desporto e Lazer, Assistência Social, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, Defesa do Consumidor e Abastecimento

Art. 32. O enquadramento dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro do Magistério nos respectivos cargos, níveis e referências, com efeitos a partir de 15 de outubro de 2025, dar-se-á com base no nível e referência em que o servidor estiver enquadrado em 14 de outubro de 2025, já considerada a Progressão Horizontal referente ao biênio 2023-2025, nas seguintes carreiras: (NR)

.....

Art. 42. A Progressão Horizontal referente ao período aquisitivo de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2025 será concedida de forma automática e considerada para fins de enquadramento nos termos desta Lei. (NR)

.....

Diante disso, anui-se às alterações propostas, reconhecendo que as recomendações apresentadas pela Procuradoria atende de forma integral aos critérios de técnica legislativa, assegura a continuidade normativa e previne lacunas futuras. Trata-se, portanto, da redação mais adequada para subsidiar a tramitação e a aprovação da matéria em comento.

Assim, acompanho integralmente o parecer jurídico da Procuradoria, acolhendo todas as recomendações, recomendando a aprovação dos textos das emendas apresentados neste voto.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 119, de 2025, desde que observadas e implementadas as recomendações consignadas neste voto.

Viana, 08 de outubro de 2025

LUCAS CASAGRANDE

Vereador – Relator



Rua Aspázia Varejão Dias, s/n, Centro – Viana/ES | www.camaraviana.es.gov.br

Autenticar documento em <https://cmviana.sp.online.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003000340039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310031003000340039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Lucas Stein Casagrande** em 08/10/2025 10:49

Checksum: **2EF2A8F2C269FA02F1783BD25EE9DF4B2DC66C356D935D6A74BEEF7279945ACC**



Autenticar documento em <https://cmviana.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310031003000340039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.